



AVALIAÇÃO DA FUNÇÃO ORIENTADORA E OS FATORES INTERVENIENTES NO RENDIMENTO ACADÊMICO NO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO AMAZONAS

Zilmar da Cunha Galdino – Doutoranda – PPGE/FACED/UFAM¹
zilmargaldino@ufam.com.br

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas – Docente do²
PPGECH/IEAA/UFAM – suelyanm@ufam.edu.br

Eixo 02 - Educação, Ciência e Sustentabilidade Social: pesquisas, práticas e experiências pedagógicas envolvendo povos indígenas, quilombolas, do campo, das florestas e das águas. Pesquisas sobre o desenvolvimento humano, os processos formativos dos sujeitos nos diferentes ciclos de vida e sua relação com a educação. Aborda a interculturalidade e os processos educacionais e pedagógicos na Amazônia, discutindo a formação e a práxis de professores como elemento mobilizador, com base em diferentes perspectivas históricas, epistemológicas e sociais.

RESUMO

Esse trabalho é parte de uma pesquisa em andamento que objetiva avaliar como se institucionaliza a função orientadora frente aos fatores intervenientes do rendimento acadêmico em Instituições de Ensino Superior do Amazonas diante a execução das políticas de expansão do ensino superior, pois há necessidade de se discutir sobre como essa formação está se efetivando, assim como os seus reflexos no desenvolvimento humano e social nesse contexto. A abordagem da pesquisa é a qualitativa e o tipo é o estudo de caso. Duas fases interligadas compõem a construção deste processo são elas: coleta de informações através de leituras e fichamentos de documentos; coleta através da emissão de questionários e pôr fim a seleção e organização para análise dos dados em unidades de respostas afins em acordo aos objetivos do estudo para posterior discussão e comparação dos dados obtidos para a análise reflexiva dos resultados à luz do referencial adotado. As discussões iniciais no âmbito teórico nos mostram que o processo de expansão pelo qual passa a universidade pública brasileira põe em evidência, antiga, mas nem por isso, desatualizada discussão: a necessidade de se ampliar nas políticas de expansão, medidas adequadas aos novos paradigmas sociais e econômicos, face às mudanças ocorridas no cenário da educação superior e suas implicações quanto ao ingresso e permanência de estudantes, oriundos de parcelas da população que não tinham acesso a este nível de ensino. Enfim, nas conclusões apontamos a necessidade de inclusão de mecanismos que disponibilizem a estudantes condições reais de concretização de melhorias, visto que a quantidade deve subordinar-se à qualidade, e está em resultados viáveis e visíveis.

Palavras-chave: Função Orientadora; Ensino Superior; Rendimento Acadêmico



¹ Pedagoga com habilitação em Orientação e Supervisão Educacional; Especialista em Gestão de Projetos Educacionais; Mestra em Educação na área de Política e Gestão Educacional; Email: zilmargaldino@ufam.com.br

² Doutora em Diagnóstico e Avaliação Educativa-Psicopedagogia, Universidade da Coruña (UDC), Professora Titular (PPGE/PPGECH), Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Email: Suelyanm@ufam.edu.br

INTRODUÇÃO

A pesquisa em qual se insere este trabalho tem origem a partir da prática docente vivenciada em uma Instituição de Ensino Superior - IES de qual fazem parte as experiências em discussões sobre avaliação, orientação e expansão do ensino superior no contexto amazônico, concretizadas por meio de orientações ao Trabalho Final de Curso - TFC, Estágios em Gestão Escolar, Programa de Atividade Curricular de Extensão - PACE e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, docência na graduação, especialização e no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, como também, experiências partilhadas em Encontros, Simpósios, Congressos e Conferências.

Tais vivências têm propiciado o levantamento de referencial teórico assim como sua relevância para se estudar a avaliação da função orientadora e os fatores intervenientes no rendimento acadêmico no ensino superior do Amazonas, onde se espera contribuir com indicadores de qualidade de ensino de modo a desenvolver uma adequação às questões educacionais, culturais e sociais para a formação cidadã.

Falar em educação para o desenvolvimento, em uma realidade como a amazônica, tão complexa, diversa e marcada por tantos desníveis não é uma tarefa fácil de empreender, há que se ter a compreensão do próprio contexto, em que, entre outros, se imbricam cultura, educação e desenvolvimento, tendo em vista que a prática de determinada ação educativa, emerge da compreensão que se tem da própria realidade social em que está inserida, e consequintemente dos meios pelos quais orienta e constrói seus resultados intencionalmente.

A partir dos questionamentos apresentados, defendemos que a expansão do ensino superior, desvelou problemática antiga, pois deu visibilidade a defasagem histórica entre ensino e o desenvolvimento dentro das condições quantitativas, refletida na expansão tardia e



no insipiente número de vagas, principalmente nas universidades públicas, assim como, nas condições estruturais que demandam maiores investimentos em recursos humanos, formação continuada, recursos didáticos, pedagógicos, estrutura física, materiais e insumos tecnológicos, entre outros.

Porém, apesar de entendermos que essas demandas são reais e muito pertinentes, pensamos que se necessita, não só equalizar tais questões, mas também efetivar ações mais específicas na gestão, administrativa e pedagógica, por isso propomos avaliar a função orientadora, pois ao reconhecermos os fatores intervenientes que influenciam no rendimento acadêmico presentes nos processos de ensino e na consecução dos objetivos de aprendizagem, revelam condicionantes nas mais perversas formas e se perpetuam ao longo dos anos é que pontuamos nossa visão crítica e fundamentada na herança histórica.

A questão central da pesquisa será avaliar a função orientadora e os fatores intervenientes no rendimento acadêmico no ensino superior no estado do Amazonas, tendo em vista o crescimento humano no âmbito profissional e pessoal, estes, entendidos de forma integrada, não dicotômica, mas intrínseca ao desenvolvimento pessoal no âmbito acadêmico e, no âmbito profissional durante e depois do processo de formação e em seus resultados na pós-formação do ensino superior do Amazonas.

Então, em busca de descortinar estas questões para dar abertura e visibilidade às discussões acerca dessa problemática é que o trabalho proposto nesta pesquisa espera que as reflexões geradas nas discussões da temática possam colaborar na construção de políticas educacionais menos excludentes e castradoras do tão conclamado, mas pouco efetivado, direito de todos(as) à educação do(a) cidadão(ã) com respeito as diferenças e na criação de oportunidades de trabalho tendo em vista a emancipação humana.

METODOLOGIA

Duas fases interligadas compõem a construção deste processo de pesquisa são elas: coleta de informações através de leituras e fichamentos de documentos; coleta através da



emissão de questionários online para Estudantes, Professores(as) e Representantes Institucionais e pôr fim a seleção e organização para análise dos dados.

A abordagem do estudo atende às características das investigações qualitativas, pois segundo Almeida e Freire (2003 p.101), “na abordagem qualitativa as pessoas interagem em função dos significados que as coisas, as outras pessoas e as condições históricas têm para elas, sendo tais significados produzidos pela própria interação e interpretação do sujeito”.

O tipo será estudo de caso, utilizado na investigação qualitativa, uma vez que toma a base ou o marco teórico para analisar a realidade e as questões que se deseja responder, pois permite selecionar os cenários reais que se constituem em fontes de informação. Considerado os objetivos do estudo de caso numa abordagem qualitativa, Gómez Jiménez (2002, p. 72) informa que “um caso pode ser uma pessoa, uma organização, um programa de educação, uma coleção, um acontecimento particular ou um simples depósito de documentos. Em contexto educacional pode ser o aluno, o professor, uma classe, um centro educacional, um projeto curricular, uma determinada política educativa e outros”.

O acesso ao campo de pesquisa, segundo Gómez Jiménez (2002, p.72), “é um processo permanente que se inicia no primeiro dia em que se entra no cenário objeto da investigação e só termina no final do estudo”.

Neste sentido, está sendo feito inicialmente o estudo documental para verificação do que é planejado e legalizado pela política de expansão para o ensino superior quanto aos aspectos legais e efetivos da função orientadora e das ações de orientação na prática gestora, didática e pedagógica para a efetivação de mecanismos que favoreçam na formação acadêmica o (re)conhecimento e o entendimento das diferenças sociais, culturais e econômicas no nível do contexto local institucionalizado nos documentos oficiais para o aprofundamento do assunto e, posteriormente, a aplicação dos instrumentos de coleta para obtenção de informações.

O universo da pesquisa diz respeito aos possíveis envolvidos com as atividades relacionadas ao ensino superior em universidades públicas e privadas. Sem perder de vista que dentro desse universo, segundo Brasileiro (2002, p. 154) “é importante que se determine os sujeitos com quem se vai efetuar o estudo, assim como delimitar o âmbito da investigação a partir do problema específico a ser estudado”.



Assim, o seguimento que compõe a coletividade *a priori*:

- a) Estudantes de graduação dos diferentes cursos regulares e professores(as) em formação de cinco turmas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) matriculados no espaço de tempo da realização do estudo;
- b) Professores ou/e professoras dos Cursos regulares do Ensino Superior Público e Privado do Amazonas;
- c) Representantes institucionais: profissionais responsáveis diretamente pela execução das atividades gestoras do Ensino Superior e Público e Privado do Amazonas.

São eles: Diretor(a); Coordenador(a) Acadêmico(a); Coordenador(a) Administrativo(a) e Chefes/Coordenadores(as) de Curso;

d) Documentos oficiais: documentação que norteia a gestão quanto aos aspectos legais e efetivos quanto à função orientadora e/ou ações de orientação na prática gestora, didática e pedagógica para a efetivação de mecanismos que favoreçam aspectos da formação na melhoria do rendimento acadêmico.

A definição da amostra do estudo, conforme Brasileiro (2002), percorre cinco etapas: definição ou seleção do universo dos sujeitos; determinação da população ou parte dela a qual o(a) pesquisador(a) tem acesso; seleção da amostra convidada para participar da pesquisa de o(a) pesquisador(a) tem acesso; seleção da amostra convidada para participar da pesquisa de campo; amostra de convidados que concordará em participar da pesquisa de campo; amostra produtora de dados (a parte que aceita e que produz dados).

Tendo em vista que nesta pesquisa a população é o conjunto dos envolvidos na execução e no recebimento da formação universitária em contexto específico, a amostra será extraída com base nos seguintes critérios:

- a) Estudantes dos cursos regulares serão selecionados para a amostra por estarem no processo da primeira graduação e os professores em formação – PARFOR por estarem estudando e atuando nas comunidades ribeirinhas na área do curso no qual foi matriculado;
- b) Professores(as) dos cursos regulares por estarem exercendo a docência no estado do Amazonas, contexto regional e diferenciado;

- c) Representantes Institucionais por estarem respondendo pela gestão no momento da realização da pesquisa empírica, sendo os responsáveis diretos por zelar pela execução da política administrativa e pedagógica delineada pela Instituição.
- d) Os documentos oficiais por nortearem as ações direcionadas ao ensino superior no âmbito federal e estadual.

Do mesmo modo que ocorre com a coleta de dados, o referencial teórico adotado e o problema proposto dirigem também a análise. “É importante ressaltar que, qualquer que seja o tipo de pesquisa, e ainda que com diferentes referenciais teóricos, a tarefa de trabalhar com o material coletado de forma a torná-lo inteligível é imprescindível” (MOROZ; GIANFALDONI, 2002, p. 86)

É necessário vislumbrar que, após a coleta de dados: “o pesquisador já deve ter uma ideia mais ou menos clara das possíveis direções teóricas do estudo e parte então para ‘trabalhar’ o material acumulado, buscando destacar os principais achados da pesquisa”. (LUCKE E ANDRÉ, 1986, p.48).

A partir do tratamento os dados coletados serão organizados em unidades de respostas afins em acordo aos objetivos do estudo para a discussão e comparação das informações. Desta forma, as informações coletadas nos questionários e dos documentos serão sistematizadas para demonstrar os dados apurados que serão organizados em unidades quanto às respostas obtidas em acordo aos objetivos específicos distribuídas em quadros comparativos a fim de estabelecer as conexões entre os dados obtidos com a metodologia utilizada. Em seguida será feita a análise reflexiva dos resultados, segundo a abordagem qualitativa para a compreensão e a interpretação dos dados à luz do referencial.

DISCUSSÃO

Nesse inicio do estudo as informações oriundas do referencial teórico trabalhado nos levam a discutir sobre como o desenvolvimento do ensino superior no Brasil se deu de forma a privilegiar as pessoas das classes mais favorecidas socialmente e que apesar da implantação da política de expansão neste nível de ensino não se pode deixar de reconhecer que a exclusão persiste refletida, além da não absorção de toda a demanda, também em falta de condições de



permanência que segue colaborando para a retenção e evasão dos estudantes das classes menos favorecidas neste nível de ensino. (SAVIANI, 2012)

A questão da implementação da Educação Superior Pública, acompanhou o caráter elitista e reproduzor das políticas educacionais que vem sendo transplantadas e adaptadas às realidades locais de cima para baixo, mas destaca-se que ao mesmo tempo, em que se impõe, também tem nos processos de luta, os embates do caráter antagônico da sociedade de classes que tem nos interesses contrários sua resistência, a oposição desta àquela se mostra na recusa que ao se estabelecer promove a abertura para o caminho reverso ao total imobilismo. É desta maneira que no Brasil:

As mudanças sociais têm sido realizadas “de cima para baixo”, atendendo às diretrizes das agências internacionais das quais as políticas governamentais são dependentes, porém atendendo, no limite, às reivindicações das entidades organizadas da sociedade civil. (GRISPUN 2008, p. 55)

Segundo Mascarenhas (2020), são nestes pequenos espaços forjados na resistência que os avanços e as perspectivas de melhorias se fundam. A partir desta abertura é que entendemos a função Orientadora da Universidade, na perspectiva de promoção do desenvolvimento das potencialidades do sujeito em seu contexto pessoal, profissional, social e político. Mas, sempre conscientes que a Universidade está atrelada ao sistema que compõe a organização econômica e social e que se assim for considerada, há que se reconhecerem os fatores condicionantes das políticas que a envolvem.

Para continuar a acreditar que podem ser viabilizadas ações na Universidade para a efetiva democratização do acesso e garantia de condições de conclusão nos cursos, não adianta se discutir apenas os índices quantitativos sem se considerar sua importância social e crer que os problemas que a envolvem são meramente instrumentais e metodológicos e sim que são de “várias ordens – de hegemonia, de legitimidade e de institucionalidade” que envolve a vontade e a determinação política para plausíveis soluções. Sguissardi (2009, p. 18)

Para entendimento desta conjuntura e, particularmente aqui nos referimos às condições de melhorias no Ensino Superior para a permanência e a diminuição da evasão, é necessário como bem disse o autor, situá-las dentro das políticas de cunho social, e isso obriga que se



compreenda sua dinâmica dentro do movimento do capital, mas também para que não se perca a utopia em meio aos seus caminhos e sinuosidades, é preciso visualizar os espaços de resistência a partir dos antagônicos e complexos processos de embate no âmbito da sociedade.

Diante de tão difícil empreitada o autor citado, recomenda que seja preciso não se perder a utopia, mas enfatiza que ser utópico não é ser ingênuo diante dos apelos de uma política educacional que se guia pelos ditames econômicos e pelas regras do mercado, mas que, “entretanto, essa utopia não deverá ser diferente de outras utopias históricas pelas quais sempre valeu lutar. Sem elas, quem nos garante que a “barbárie” não seria maior ou que teria sido evitada?” (SGUISSARDI, 2009, p. 36)

Assim, é que refletimos sobre a função Orientadora, pois sabemos que na medida em que acompanha a conjuntura educacional, vai sofrer também as influências desta. E para que não se perca a utopia de acreditar na importância da ação de Orientação Educativa em prol de melhorias para os estudantes das classes menos favorecidas é preciso antes de tudo, que se tenha um propósito consciente, sem ser ingênuo e, que as ações deste serviço sejam voltadas ao estudante de forma institucionalizada dentro dos processos de vivência acadêmica que se reflita no fazer didático e pedagógico e que repagine antigas concepções e atitudes da Universidade para com os estudantes e as comunidades envolvidas. Para tanto é fundamental ter em mente que:

Ser utópico sem ser otimista ingênuo é saber que a democratização do acesso e garantia de não evasão e conclusão do curso superior depende de políticas de inclusão social, de distribuição de renda, de erradicação da indigência e da pobreza que afetam mais da metade dos brasileiros, de prévia democratização do acesso a um ensino médio de alto nível, e que, finalmente, essas políticas iriam a contracorrente do que tem sido feito ao longo dos últimos anos no país e das orientações e recomendações emanadas dos organismos multilaterais, que, especialmente nos anos recentes têm sido seguidas quase como cartilha, e do que tem resultado a perda de espaços importantes na soberania nacional. (SGUISSARDI, 2009, p. 36-37)

O processo de expansão pelo qual passa a universidade pública brasileira põe em evidência, antiga, mas nem por isso, desatualizada discussão: como encurtar a distância entre o que é propagado e o que é realizado para garantir efetividade de condições aos objetivos tão

professados, mas, sempre tão desmentidos na prática, onde as metas planejadas são parte de um ideário pouco concretizado e com tão poucos resultados alcançados. (MOURA, 2023)

Ante essa colocação discutimos nesse trabalho a necessidade de se ampliar nas políticas de expansão, medidas adequadas aos novos paradigmas sociais e econômicos, face às mudanças ocorridas no cenário da educação superior e suas implicações quanto ao ingresso e permanência de estudantes, oriundos de parcelas da população que não tinham acesso a este nível de ensino. Dentre estas medidas, está à adoção da definição de mecanismos que promovam melhorias na efetivação da aprendizagem mediante a igualdade de oportunidades e a inclusão social de estudantes diante suas condições sociais desfavoráveis.

A orientação ao estudante na universidade é um destes mecanismos de apoio que é abordada como temática deste estudo e vista como uma atividade que pode ser realizada para se atingir objetivos concretos junto a estudantes de uma sociedade real como a define Goldberg (1969, p.94), uma “atividade cujo produto concebe “um indivíduo capaz de tomar decisões maduras, racionais e responsáveis”.

Concordamos com esta definição, pois a orientação em nível superior, neste sentido, é necessária para ajudar a responder a demandas de pressões sociais, pela aquisição de um sistema de educação mais inclusivo, por outro lado, ajuda na produtividade do sistema reduzindo o custo social por estudante formado.

Visto que no ensino superior público de forma geral no Brasil, é notório o alto índice de retenção e evasão e a baixa taxa de conclusão. E em particular, no contexto local do estudo, onde a situação é recorrente e se destaca a alta taxa de estudantes retidos e a baixa taxa de conclusão dos cursos na graduação (GALDINO, 2013)

Estes índices deixam claro que diante da complexidade de fatores que envolvem a organização e a execução do ensino no sistema superior público brasileiro, tem se clareza que para serem viabilizadas ações na universidade com o propósito de se efetivar a democratização do acesso e a garantia de condições de conclusão nos cursos, não adianta se discutir apenas os índices quantitativos sem se considerar sua importância social.

É preciso, ir além da crença que os problemas são meramente instrumentais e metodológicos e sim que são de “várias ordens – de hegemonia, de legitimidade e de



institucionalidade” e que para se viabilizar novas práticas há de se envolver a vontade e a determinação política para plausíveis soluções. (SGUISSARDI, 2009, p. 18).

CONCLUSÕES

Em nossas conclusões, então em acordo à discussão problematizada do item anterior, entendemos não poder mais, pensar expansão do ensino superior público, especialmente em contextos específicos, como é o caso do Amazonas, somente sob o discurso da ampliação de vagas, indiferente ao reconhecimento das particularidades das diversas realidades de seus estudantes e de suas comunidades.

Não se pode mais continuar reproduzindo uma política educacional eivada de práticas pedagógicas tradicionais e discriminadoras, onde se predomina uma concepção elitista baseada no “vence o melhor” e “vire-se como puder” com o predomínio de aulas expositivas e utilização insípiente de recursos tecnológicos, poucas inovações no currículo e nas metodologias de ensino. (Amâncio de Souza e Ramos dos Santos, 2024)

A expansão para o acesso deve vir acompanhada de um processo em que se favoreça a produção de conhecimento que contribua com as mudanças na estrutura social e produtiva capacitando nossos recursos humanos com eficiência científica e tecnológica, mas acima de tudo contribua com a superação da consciência ingênua, modalidade ideológica da estagnação histórica. Pois, nas palavras de Ribeiro (1969, p. 12) “A consciência ingênua... se caracteriza pela resignação com seu atraso e sua pobreza, porque só é capaz de percebê-los como naturais e necessários”.

Se, realmente, o objetivo da expansão do ensino superior é a democratização de oportunidades as ações devem ser orientadas para a abertura de novas práticas mais inclusivas a serem elaboradas e executadas junto às necessidades das comunidades a que se destinam, disponibilizando a estudantes condições reais de concretização de melhorias, visto que a quantidade deve subordinar-se à qualidade, e está em resultados viáveis e visíveis.

Por fim, pensamos que a continuidade na realização desta pesquisa contribuirá com informações sistematizadas sobre a temática para gerar reflexão, conscientização e ações que favoreçam a criação de políticas, programas e projetos que poderão possibilitar a



sistematização efetiva da Orientação Educativa no âmbito acadêmico universitário, assim como sua real importância como um dos seus indicadores qualitativos para ajudar na melhoria sobre os aspectos que implicam no rendimento e no desempenho no processo de ensino e de aprendizagem na Educação Superior no Amazonas.

REFERÊNCIAS

AMANCIO DE SOUZA, Davi, RAMOS DOS SANTOS, Arlete. Educar pra valer ou adestrar pra valer? Discussões sobre o trabalho docente. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, v. 9, n. 1, p. 1–23, 2024. Disponível em: Acesso em: 19 maio 2025.

BRASILEIRO, T. S. A. **La Formación Superior de Magisterio una experiencia piloto en La Amazonía brasileña**. 2022. 420p. Tese (Doutorado em Pedagogia), Departamento de Pedagogía de la Facultad de Ciencias de la Educación y Psicología de la Universidad Rovira i Virgili, Tarragona, España.

GALDINO, Z. C. **A Orientação de Estudantes na UFAM de Humaitá**: desafios e perspectivas na educação superior no interior do Amazonas. 2013. 238p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Rondônia, RO, 2013.

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G. **Metodología de La Investigación cualitativa**. Santiago de Cuba: PROGRAF, 2002.

GOLDBERG, M. A. A. **Orientação e Universidade**. 1969. 150p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – USP, SP, 1969.

GRISPUN, Mírian P. S. Zippin (org.) **A prática dos orientadores educacionais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Ismênia Gurgel, RODRIGUES, Jéssyka Melgaço, LEITE, Raquel Crosara Maia. TECENDO DIÁLOGOS ENTRE A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E O ESTÁGIO CURRICULAR. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, v. 9, n. 4, p. 1–18, 2025. Disponível em:. Acesso em: 19 maio 2025.

MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento *et al.* Efeitos da orientação e do apoio social aos estudantes do ensino superior sobre o rendimento acadêmico. **Revista EDUCAmazônia**, v. 11, n. 2, p. 300-310, jul./dez. 2020.



MOURA VILHENA JUNIOR, Waldemar. Expansão e interiorização do ensino superior no início do século XXI no Brasil. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, v. 7, n. 01, p. 1–17, 2023. Acesso em 19 maio de 2025

RIBEIRO M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 4. Ed. São Paulo: Moraes, 1969.

SAVIANI, Demeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.